

Las empresas de seguridad privada y su regulación en Baja California

Empresas de segurança privada e sua regulação em Baja California

Gloria Aurora de las Fuentes Lacavex

Universidad Autónoma de Baja California

gloriaaurora@uabc.edu.mx

María Aurora de la Concepción Lacavex Berumen

Universidad Autónoma de Baja California

axevacal@uabc.edu.mx

Resumen

El propósito de este artículo es conocer la normatividad que regula el funcionamiento de las empresas que prestan servicios de seguridad privada en Baja California, así como su registro, vigilancia y, en su caso, sanción. A su vez, también busca conocer el vínculo jurídico de los guardias de seguridad con el área operativa y directiva de estas empresas y su funcionamiento. La metodología utilizada fue la investigación documental y de campo. Los resultados obtenidos fueron, en términos generales, que se cumple con la normatividad aplicable, salvo en lo que corresponde a las condiciones de trabajo de los guardias de seguridad: monto de salarios deprimido; capacitación casi inexistente; jornadas excesivas e inadecuadamente controladas; omisión de Reglamentos Internos de Trabajo; uso y devolución de uniformes irregular; e inscripción en organismos aseguradores con datos opuestos a la realidad.

Palabras clave: seguridad, privada, regulación, Baja California.

Resumo

O objetivo deste artigo é conhecer os regulamentos que regem o funcionamento de empresas que prestam serviços de segurança privada na Baixa Califórnia, assim como seu registro, monitoramento e, se necessário, sanção. Por sua vez, também busca conhecer o vínculo jurídico de guardas de segurança com a área operacional e de gestão dessas empresas e sua operação. A metodologia utilizada foi pesquisa documental e de campo. Os resultados foram, em termos gerais, que está em conformidade com a regulamentação aplicável, excepto no que se refere às condições de trabalho dos guardas de segurança: quantidade deprimido dos salários; quase nenhum treinamento; dias excessivos e mal controlados; omissão de regulamentos internos de trabalho; usar e retorno de uniformes irregulares; registro e seguro instituições com dados oposto à realidade.

Palavras-chave: segurança, privacidade, regulação, Baja California.

Fecha recepción: Octubre 2014

Fecha aceptación: Diciembre 2014

Introdução

Conceituação

A segurança pública significa que os habitantes de um país que vivem em paz, tranquilidade e harmonia, cada um respeitando os direitos individuais dos outros. Deve ser um serviço disponível a todos, independentemente da condição socioeconômica que você tem, o espaço geográfico que habitamos, a atividade ou a idade que você tem, a fim de proteger a integridade física e propriedade de todos. A responsabilidade da segurança pública no México, o Estado em seus três níveis de governo, federal, estadual e municipal, para que as políticas públicas têm sido levantadas, a fim de emitir vários sistemas jurídicos e de design e operar vários programas.

Entende-se por actividade de segurança privada ou serviço, de acordo com as disposições legais e administrativas, feitas a terceiros, provedores autorizados, licenciados e instituições oficiais devidamente registradas pela unidade administrativa competente, que visa proteger a integridade física das pessoas especificamente determinados e / ou os seus activos; prevenir o cometimento de crimes e delitos em detrimento destes; socorros em caso de acidentes e catástrofes, e cooperar no fornecimento de informação ou material para a investigação e repressão de crimes, auxiliares e complementares para a segurança pública e formulário de autorização, licença, autorização ou aviso de matrícula emitido pelas autoridades competentes (Governo do Distrito Federal, sem data).

Eles são seguranças particulares, pessoas singulares que prestem um outro físico ou moral, que neste caso é a empresa que fornece serviços de segurança privada a terceiros. Por conseguinte, representam trabalhadores, que devem cumprir todas as obrigações e desfrutar de todos os direitos que são inerentes a uma relação individual de trabalho, tanto no local de trabalho e segurança social. As empresas que prestam serviços de segurança privada, portanto, são seus empregadores.

Lei de Segurança Pública do Estado de Baja California

Esta lei foi publicada no Diário Oficial do Estado (POE), datada de 21 de agosto de 2009, começando seu mandato no dia seguinte. É de interesse público e ordem pública e tem como objetivo desenvolver a base para a implementação do Sistema Nacional de Segurança Pública, que estabelece as bases para a coordenação entre o Estado e os municípios, bem como regulando a prestação de segurança pública, os serviços de segurança relacionamento privado e administrativo entre os membros das instituições policiais do Estado de Baja California e Dependências centralizado Estado ou da Administração Pública Municipal.

Instituições policiais estão no estado: polícia preventiva do Estado; Polícia do Estado; Polícia Municipal; Polícia de Segurança do Estado e custódia prisional; e outra legalmente constituída.

Eles são instituições policiais auxiliares no Banco: Corpos de funcionamento da Direcção de Protecção Civil do Estado e órgãos municipais responsáveis pela protecção civil; Bombeiros e Salvamento; prestadores de serviços de segurança privada e de natureza semelhante ou instalado em operação no Estado; corpos de cuidados médicos ou de primeiros socorros; e outros a serem estabelecidos em estrita conformidade com a lei.

Os detentores de instituições policiais e prestadores de serviços de segurança privada devem registrar e manter dados atualizados sobre os seus membros. As identificações de membros, procuradores, peritos, elementos de suporte e do pessoal operacional dos prestadores de serviços de segurança privada, deve conter pelo menos o nome, título, fotografia, impressão digital e senha de inscrição no Cadastro Nacional de O pessoal de segurança pública e medidas de segurança para garantir a sua autenticidade.

Além de cumprir com as disposições da Lei Federal sobre Armas de Fogo e Explosivos, pessoas singulares ou colectivas que pretendam fornecer ou prestar serviços de segurança privada no estado, em qualquer das formas previstas pela presente lei e seus regulamentos, deve obter o pagamento de direitos, autorização do Ministério.

São fornecedores de segurança privada: pessoas físicas ou jurídicas legalmente constituídas, cujo objecto social é a prestação de serviços de segurança privada, se os cuidados ou custódia de local ou de transporte de valores mobiliários. Eles são equiparados a este grupo de pessoas singulares que prestam serviços de segurança privada por meio de terceiros funcionários responsáveis; grupos de segurança que organizam a suas expensas os habitantes das colônias, subdivisões e áreas residenciais para exercer, a única função de proteger a propriedade ou quarto de casas localizadas em áreas que são indicados anteriormente; Encarregados de pessoas que prestam serviços de segurança pessoal, em detrimento daqueles que recebem tal serviço; prestadores de serviços, que realizam de forma independente a função de supervisão em habitações, empresas ou indivíduos; indivíduos ou empresas que fornecem serviços de segurança eletrônica em todas as classificações; indivíduos ou empresas prestadoras de serviços de investigação privada; indivíduos ou empresas prestadoras de serviços de segurança privada por cães; indivíduos

ou empresas que realizem atividades vinculadas com blindagem serviços de veículos a motor e, em geral, qualquer pessoa singular ou colectiva que exerça atividades similares e segurança privada auxiliar na forma desta Lei e dos regulamentos pertinentes.

Os prestadores de serviços de segurança privada deve treinar constantemente seus funcionários que operam sob as diretrizes e programas estabelecidos pela Academia, no sentido de que estes têm os conhecimentos necessários para o desempenho eficaz das suas funções.

Em segurança privada, cabe à Secretaria regulares, controle e sanção, por meio da unidade administrativa, prestação de serviços de segurança privada no Estado; estabelecer requisitos para autorização para prestar serviços de segurança privada, mediante o pagamento dos direitos correspondentes; supervisionar permanentemente equipe, programas de formação profissional, equipamentos e operação dos prestadores de serviços de segurança privada; sanção, tal como previsto na Lei e Regulamentos para os prestadores de serviços de segurança privada, quando por ação ou omissão deixarem de cumprir essas ordens.

Reglamento de Seguridad Privada para o estado de Baja California

Foi publicado no POE 10 de setembro de 2010. Ele começou o vigor na data da sua publicação.

Os prestadores de serviços de segurança privada são acessórias à função de segurança pública, de modo que seus membros contribuem com as autoridades e instituições de segurança pública em situações de emergência, desastre ou quando necessário. Este serviço pode cidadãos nacionais apenas mexicanas.

A Dirección de Servicios de seguridad privada do Ministério da Segurança Pública do Estado, é a autoridade competente em matéria de serviços de segurança privada, que tem, entre outros, a autoridade para: receber os pedidos, conceder e, se for caso disso, cancelar a autorização para prestar serviços, emissão de cartões de identificação, impor sanções, avaliar.

Os regulamentos em comentário descreve os requisitos que você deve cumprir o pessoal que opera servindo de segurança privada, entre eles: ter nacionalidade mexicana; ter dezoito anos de idade; Ele já completou o ensino secundário; credenciar fundo de trabalho; não ter sido condenado ou estar sujeito a processo criminal por crime grave ou intencional; ter atestado médico de boa saúde; submeter-se a testes de drogas para provar não consumir drogas ou de substâncias psicotrópicas; iniciador directo liberado do Serviço Militar Nacional; Actualmente, se apropriado, onde a experiência é comprovada recorde em gerenciamento de segurança ou capacidade de caninos através; não têm trabalho negativo ou registo de identificação no Sistema Nacional de Segurança Pública ou o Estado Informação Pública Sistema de Segurança: presente e demonstrar avaliações realizadas pelo Centro de Controle e Confiança; receber treinamento e formação por meio de provedores.

Em relação à qualidade de trabalhadores efectivos operacionais, destaca-se nesta cláusula, têm o direito de receber treino e instrução, como também previsto nos artigos 153 A a 153 X da Lei do Trabalho Federal (LFT).

Também a sua obrigação de apresentar um certificado de boa saúde e passam por testes de drogas, que corresponde ao artigo 134, inciso X da LFT.

O presente regulamento estabelece requisitos para os prestadores de serviços de segurança privada, incluindo, nomeadamente: notificar a Direcção, no prazo de cinco dias úteis após a sua conclusão, várias ações administrativas, tais como alterações nos estatutos, as alterações do patrimônio líquido, diretores, administradores, e a dissolução ou liquidação da empresa, no caso de pessoas jurídicas; permite a modificação, autorizações ou licenças; altos e baixos de equipamentos e / ou acessórios; mudança de endereço dos pais ou filiais; suspensão temporária do serviço. A obrigação de provar que os parceiros não estão sujeitos a processos criminais ou ter sido condenado por um crime também é estabelecida. Eles devem informar o endereço alta, baixa, remoção, demissão ou desqualificação do pessoal operacional; deve registrar os membros da equipe operacional no regime legal do Instituto Mexicano de Seguro Social (IMSS); informar a Direcção sobre a incorporação dos veículos a motor a ser usados no serviço; Relatório anotando de equipamentos e veículos a motor; apresentam a descrição de armas de fogo atribuídos, se for caso disso, o pessoal

operacional; permitir e facilitar o acesso às suas instalações para os servidores públicos da Secretaria; apresentar ao pessoal operacional Direcção e diretor de operações.

No que diz respeito à exigência de que os trabalhadores se submetem a exames médicos, bem como testes de confiança e psicométricas, e no que diz respeito à relação jurídica de trabalho, esta obrigação deve ser contida nos regulamentos internos de trabalho (RIT), de acordo com o numeral 134, inciso X da LFT.

No que diz respeito às obrigações dos prestadores de serviços em termos de padrões, em particular o pessoal operacional, salienta a obrigação de se inscrever no regime obrigatório de IMSS.

Esta nota sugere que longas empresas prestadoras de serviços de segurança privada não cumpriram a obrigação de matricular seus trabalhadores no regime legal do IMSS e que, por conseguinte, nem o Departamento nem o IMSS, tinha cumprido sua obrigação de controlar e, se necessário, punir os padrões negligentes, que pode ser prorrogado para o Instituto de Fundo Nacional de Habitação dos Trabalhadores (Infonavit), e do Instituto de Desenvolvimento e Fundo de Garantia para Consumo Trabalhadores (INFONACOT), este último a partir da mais recente reforma trabalhista, eficazes 01 de dezembro de 2012.

Isto com base das disposições da Lei da Segurança Social, na seção 304, que prevê que quando os empregadores e outras entidades regulamentadas de actos ou omissões que envolvem o não pagamento de conceitos fiscais previstos no artigo 287, Devem ser punidos com uma multa de 40-100 por cento do conceito omitido. Seções 304 A, 304 B, 304 C e 304 D também são aplicáveis numerais 5, Seção III É também com base na lei da INFONAVIT; 32 e 55 e os Regulamentos para a imposição de multas por incumprimento das obrigações que o Instituto de Direito do Fundo Nacional de Habitação dos Trabalhadores e seus regulamentos que estabelecem pagas pelos empregadores.

Baseia-se em artigos 132, incisos I, XXVI bis e 1004 da LFT.

Como foi salientado, as empresas privadas de segurança são necessárias para ajudar com as autoridades competentes através da implementação de acções que lhes são atribuídas. Neste sentido foi realizada uma reunião de trabalho em janeiro de 2014, com o objectivo de reforçar a coordenação entre o Ministério da Segurança do Estado (SSPE) e empresas de

segurança privadas que prestam serviços e monitoramento de alarme que Eles estão ligados ao Centro de Controle, Comando, Comunicação e Informática (C4). O Diretor de Serviços de Segurança Privada disse que "um dos principais acordos foi fortalecer a formação de monitoristas de empresas de segurança privada, bem como incidentes de geo-referência, a fim de identificar áreas prioritárias". Ele explicou que uma das vantagens do "Sistema Centurion" é que os guardas de segurança privada relatar a C4 qualquer incidente ou emergência que ocorreu no negócio, uma área residencial ou indústria que trabalham para que trata da corporação correspondente, evitando a saturação da linha 066. Na reunião com a participação de 12 empresas de segurança privadas que operam em Mexicali, enquanto há 37 nas empresas de segurança eletrônica do Estado. Ele assegurou que "as empresas de segurança privada são aliados-chave da segurança pública, de modo que essas ações são importantes para alcançar o fortalecimento dessa área, sendo desejada e apoiada pelo Ministério da Segurança do Estado (SSPE), instituição responsável pela regulação entidade "(Mexicali Digital, 9 de junho de 2014).

Os prestadores de serviços de segurança privada deve entregar ao pessoal de operação, um crachá ou cartão de identificação pessoal que deve levar de forma obrigatória.

A administração tem poderes para realizar inspeções a fim de verificar, entre outras coisas, se os fornecedores de serviços de segurança privada ter a autorização apropriada, se o pessoal operacional e do chefe de operações que preencham os requisitos regulamentares, se o equipamento utilizado é adequado e está em boas condições.

Se qualquer inspeção visitar parece que existem irregularidades ou omissões em conformidade com as regras aplicáveis, a gestão tem o direito de, a título cautelar, suspender a autorização ou até mesmo fechar o estabelecimento em questão.

As sanções que a gestão tem poderes para impor, são: advertência por escrito; multa de um a cinco mil vezes o salário mínimo em relação à gravidade da infracção; suspensão da autorização para até 60 dias úteis; cancelamento da autorização; encerramento definitivo do estabelecimento.

Sem dúvida, incluindo um guarda de segurança e da empresa que presta serviço de segurança privada não há relação de trabalho individual, que são derivados direitos e obrigações, trabalho e segurança social para ambos os lados.

Ministério da Segurança Pública

A Lei Orgânica da Administração Pública de Baja Califórnia, publicado no POE 20 janeiro de 1986, regula a Secretaria de Segurança Pública. Ele também afirma que para o estudo, planeamento e expedição de negócio nos vários ramos da Administração Pública, será um Secretário-Geral do Governo. Lei diretamente, se necessário, vários departamentos na realização das tarefas confiadas ao Chefe do Executivo, como o Ministério da Segurança Pública, o que corresponde a responder e lidar com várias questões, nomeadamente em matéria de segurança privada destaques integrar e coordenar o Conselho de Estado da Segurança Pública em termos da Lei de Segurança Pública e Bases de Coordenação para o Estado de Baja Califórnia, e programas de identificação e inventário dos recursos humanos e materiais de empresas, públicas e privadas, prestação de serviços de polícia e de segurança preventiva no Estado; e regular, supervisionar e controlar a prestação de serviços de segurança privada e emitir o consentimento ou autorização do Executivo Estadual necessária para a sua criação e funcionamento, e para autorizar equipamentos e materiais necessários para a sua função de protecção ao abrigo do Regulamento para esse efeito é emitido.

O Regimento Interno do Ministério da Segurança Pública afirma que a Secretaria do Sistema de Segurança Pública do Estado é dirigida por um Secretário e ao escritório de sua conta de negócios, entre outros, o Departamento de Serviços de Segurança Privada, que tem um Departamento de Serviços de Segurança Privada Zona Mexicali Departamento de Serviços de Segurança Zona Privada Tijuana, Tecate, Rosarito e Ensenada.

Pesquisa de Campo

Para complementar as informações coletadas e analisadas em um documento, havia um campo de pesquisa que consiste em entrevistas com executivos de empresas prestadoras de previdência privada, como empregadores e proprietários das autoridades competentes, para determinar em que medida é conhecido, respeitam a regulamentação trabalhista vigente em Mexicali.

As informações coletadas nessas atividades foi enriquecida através do exercício de ir para um emprego como guarda de segurança, a partir da perspectiva ajustada a este processo de pesquisa participativa, que "é um método que envolve os beneficiários dos mesmos em produção de conhecimento "(IDEA, sem data), em que o problema de pesquisa é definida, analisados e resolvidos por aqueles afetados, assumindo o investigador com respeito e seriedade que investigou o papel.

Entrevista com os gestores de empresa de segurança privada

Por razões de confidencialidade manter o anonimato, tanto o nome de quem fez esta entrevista, como a empresa. Este relatório é consistente com outras experiências semelhantes.

A empresa foi fundada em 2015 e tornou-se operacional uma vez obtidas as autorizações requeridas, a preparação é complexa, mas as autoridades corretamente direcionados. Os serviços são prestados em escolas, empresas e eventos privados; Nesta atividade, você não precisa de armas, apenas a forniture, gás e esposas. Esta empresa é supervisionada pelo Ministério de Segurança do Estado. Anualmente receber uma visita de verificação. Somente se houver queixas de um cliente ou funcionário, pode haver visitas mensais, que não tiveram. Se necessário, a Secretaria poderá impor sanções econômicas.

O perfil deve atender seguranças candidatos a emprego, além de o nível de educação é para ser alto, corpulento, boa condição física; Eles devem apresentar documentos como certidão de nascimento, certificado escolar e carta de registo criminal. Quando eles são contratados passam por testes psicológicos e de drogas. Em muitos casos, a frequência eo tipo destes

testes depende do que o cliente solicitar. Eles desfrutar de todos os benefícios e serviços de segurança das instituições sociais legais. Há um monte de volume de negócios. Ao entrar para o trabalho, o supervisor dá uma conversa sobre o que seu trabalho é. Se injustificadamente falta não são pagos naquele dia e se outras irregularidades incorrer surgir processos administrativos.

Autoridades titulares de entrevista

O Diretor de Serviços de Segurança Privada aceitou a entrevista que foi feita em relação aos serviços prestados por empresas de segurança privada. Ele disse que há 215 dessas empresas em Baja California, indicando que o registo cumpriu os requisitos regulamentares em vigor, explicando que há oito maneiras pelas quais eles podem executar. Ele ressaltou a importância da equipe operacional e de gestão dessas empresas, bem como sócios ou proprietários, expondo os poderes correspondem ao endereço. Ele disse que as visitas de verificação são realizadas e apoiadas nos poderes, diversas sanções aplicáveis. Sublinhou, nomeadamente, que verificar que as empresas treinar adequadamente equipe, seguindo as orientações que a Direcção estabeleceu. Ele observou que a aquisição e uso de armas são rigorosamente controladas e que a autoridade competente é a Secretaria da Defesa Nacional. Quanto às condições do pessoal que trabalha nessas empresas, ele disse que eles devem gozar de todos os benefícios trabalhistas e previdenciárias usufruídos por todos os trabalhadores.

Pedido para o emprego como guarda de segurança

A experiência de uma pessoa que foi em uma empresa de segurança privada para "pedir um emprego como guarda de segurança" é apresentado. Por razões de confidencialidade manter o anonimato, tanto o nome de quem fez este exercício, e as empresas e empregados do mesmo. Este relatório é consistente com outras experiências semelhantes.

A empresa anuncia acessado por vários meios; no entanto, a maioria destes não se referem diretamente à empresa, por isso até que o contato é estabelecido vai saber qual empresa está à procura de emprego.

As exigências a serem cumpridas sem: ter 20-38 anos de idade; vontade de trabalhar; certidão de nascimento original; prova de estudos; eleitor.

Depois de esperar algum tempo, fui recebido por um empregado que se apresentou como "a pessoa que contrata". A primeira pergunta que ele formulou foi orientada para encontrar a minha experiência na indústria e se eu estava registrado com o Ministério da Segurança Pública como um guarda de segurança; ao qual eu respondi que eu não tinha experiência anterior e, portanto, não com esse registro.

Ele me perguntou se eu estudava, para a qual eu disse que não, e ele disse que esta informação era importante, porque se um aluno teve horas de trabalho de 8 horas, e se ele não foi capaz de oferecer turnos de 12 horas. Ela disse que os turnos de 8 horas estão cobertos apenas como um guarda de segurança em um local de trabalho, em particular, durante a semana, enquanto 12 horas poderiam ser atribuídos a lugares perto da minha casa e eram de segunda a sábado. No caso dos turnos de 8 horas, o salário é de 890 pesos por semana, enquanto que para a semana de 12 horas é de 1200; com a opção de fazer upload de cada salário de 6 meses em 50 pesos.

Fui informado que você gravou no Instituto Mexicano de Seguro Social (IMSS) do dia de trabalho e oferecer benefícios lei sobre os bônus e feriados. Fui apresentado a assinar três documentos: o primeiro foi o contrato de trabalho; o segundo foi uma carta de compromisso, em que nos comprometemos a devolver o uniforme que a empresa oferece; O terceiro documento era uma autorização para o processamento de um certificado de registo criminal, que iria processar a empresa a um custo de 250 pesos, a ser pago pelo empregado deve aceitar.

Conclusão

Em empresas de Baja Califórnia que prestam serviços de segurança privada é regulamentada pela Lei sobre Segurança Pública e do Regulamento Estado de Segurança Privada para o Estado. O seu funcionamento é autorizado e monitorado e, se necessário, sancionada pelo Ministério da Segurança Pública, através da Direção de Serviços de Segurança Privada. Estas empresas juridicamente vinculativo com a gerência e os funcionários de operação de uma relação de trabalho individual. Estes trabalhadores desfrutar de benefícios de emprego e leis de segurança social aplicáveis estabelecidas, mas há uma alta rotatividade dos guardas e do treinamento que recebem é pobre.

Bibliografía

Gobierno del Distrito Federal. (México) [Sin Fecha]. Seguridad Privada. Recuperado el 26 de Marzo de 2015 de <http://www.ssp.df.gob.mx/SegPrivada/Pages/SeguridadPrivadaquees.aspx>

Instituto de Estudios Ambientales (Sin Fecha). Herramientas Metodológicas para el Trabajo en Educación Ambiental. Recuperado el 15 de Abril de 2015 de <http://www.virtual.unal.edu.co/cursos/IDEA/2007225/lecciones/capitulo2/10-herramientasmetodologicas10.htm>

Ley Federal del Trabajo. Recuperado de <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/125.pdf>

INFONACOT Ley del Instituto del Fondo Nacional para el Consumo de los Trabajadores. Recuperado de <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LIFNCT.pdf>

INFONAVIT. Ley del Instituto Nacional para la Vivienda de los Trabajadores. Recuperado de: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/86.pdf>

POE (21 de Agosto de 2009). Ley de Seguridad Pública del estado de Baja California. Recuperado de <http://www.tijuana.gob.mx/Leyes/pdf2011/leyes/Leysegpublica.pdf>

IMSS. Ley del Seguro Social. Recuperado de <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/92.pdf>

POE (20 de enero de 1986). Ley Orgánica de la Administración Pública del estado de Baja California Recuperado de <http://ordenjuridico.gob.mx/Documentos/Estatal/Baja%20California/wo19587.pdf>

Mexicalidigital.mx (9 de Junio de 2014). Implementan “Sistema Centurión” entre C4 y empresas de seguridad privada. Recuperado el 23 de Marzo de 2015, de <http://mexicalidigital.mx/2014/implementan-sistema-centurion-entre-c4-y-empresas-de-seguridad-privada-18393.html>

Periódico Oficial de Baja California (10 de Septiembre de 2010). Reglamento de Seguridad Privada para el estado de Baja California. Recuperado de <http://www.seguridadbc.gob.mx/Planeacion/marcolegalPDF/12.pdf>

POE (10 de septiembre de 2010). Reglamento interno de la Secretaría de Seguridad Pública del estado de Baja California. Recuperado de <http://www.seguridadbc.gob.mx/Planeacion/marcolegalPDF/9.pdf>

Diario Oficial de la Federación (15 de agosto de 2008). Reglamento para la Imposición de Multas por Incumplimiento de las Obligaciones que la Ley del Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores y sus Reglamentos establecen a Cargo de los Patrones Recuperado de http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5056791&fecha=15/08/2008